

Meu Ceticismo¹

OSWALDO PORCHAT PEREIRA – *Universidade de São Paulo*

1. Minhas estudantes e meus estudantes

Vocês me deram uma grande alegria com este convite e eu lhes sou muito agradecido por ele.

E quero dizer-lhes que, devido à minha idade e a um cansaço intelectual que não é incomum num velho de 83 anos, decidi que esta é minha última conferência sobre filosofia.

2. Há dezessete anos, em 1998, por ocasião do II Congresso Nacional dos Estudantes de Graduação em Filosofia, proferi um discurso que o nosso Grêmio (aqueles de vocês que são da Filosofia da USP me permitem que eu diga “nosso Grêmio”?) publicou em sua revista, cujo título era “Dissenso”. Estávamos ainda na rua Maria Antônia. Talvez alguns de vocês o tenham lido. Em 1957-8, eu fui presidente do Grêmio e, como tal, participei de Congressos da UEE e da UNE. Penso, imodestamente, que dei uma contribuição importante para a esquerdização de uma e outra. Este é meu segundo discurso aos estudantes de Filosofia.

3. O subtítulo que dei a este discurso, “Meu Ceticismo”, é

¹Discurso proferido na seção de abertura do XIX Encontro Nacional de Graduação em Filosofia da USP, no dia 11 de abril de 2016, no Departamento de Filosofia.

mais que a mera expressão de uma vaidade pessoal. Quem publica um texto está sempre exprimindo também sua vaidade pessoal. De qualquer modo, vocês verão que esse subtítulo tem tudo a ver com o que vou aqui dizer sobre ceticismo.

4. Naquele discurso de 1998, fiz a crítica do fato de a quase totalidade dos cursos deste Departamento se ocuparem tão somente de história da filosofia. Defendi a ideia de que cursos como os de Introdução à Filosofia, Lógica, Estética, Ética, Filosofia Geral, Epistemologia e Filosofia da Ciência, por exemplo, se ocupassem da discussão de problemas filosóficos, com ampla participação dos estudantes. Mas tive a coragem de assumir que eu era responsável por aquela orientação, já então a meu ver errônea, desses cursos. Os professores que os davam tinham sido “formados” por mim e seguiam meus “ensinamentos”.

Os estudantes de então gostaram dessa parte de meu discurso e o difundiram por todo o país. Nas muitas conferências que, posteriormente, eu fiz em muitíssimas cidades, verifiquei que as plateias estudantis tinham conhecimento daquele meu texto.

Mas verifiquei também que eles pareciam não levar em consideração uma parte importante do que eu dissera. Porque eu defendera também a necessidade de um estudo sério dos grandes autores da história da filosofia.

Até hoje, sendo embora um cético, penso que a leitura dos grandes autores representa um fator da maior importância na formação filosófica dos estudantes. Porque é com eles, esforçando-nos por decifrar sua genialidade criadora, que aprendemos a pensar com profundidade, a organizar adequadamente nosso uso de conceitos filosóficos. Evidentemente, não temos condições para um estudo aprofundado de todos eles. Entretanto, se filosofar é nossa vocação, é fundamental que nos esforcemos por conhecer

bem alguns entre eles e, sob esse prisma, importa menos quais sejam os filósofos escolhidos. Podemos estudar a fundo, por exemplo, Aristóteles, Espinosa e Bergson e esforçar-nos por decifrar, por exemplo, a *Metafísica* de Aristóteles, a *Ética* de Spinoza e *Matéria e memória* de Bergson. Mas poderíamos também estudar a fundo os Diálogos de Platão, a *Crítica da razão pura* de Kant e a *Fenomenologia do espírito* de Hegel. Obviamente, não estou excluindo que se façam leituras menos aprofundadas de outros filósofos. O estudo aprofundado dos grandes filósofos exige, por certo, de nós, uma considerável capacidade de filosofar.

Por tudo isso, foi para mim um grande prazer verificar, ao ler o programa deste Encontro, que vocês estão pensando e escrevendo sobre as doutrinas dos filósofos e que aqui comparecem para discuti-las. Por outro lado, sou totalmente contrário a cursos panorâmicos. A leitura de uma boa História da Filosofia é importante e necessária, mas também suficiente, para situar os autores no tempo e no espaço e para obter uma visão geral do desenvolvimento das Filosofia através da História. Uma tal leitura, qualquer estudante pode e deve fazê-la, mas certamente não é por esse meio que se aprende Filosofia.

5. A tentativa de compreender qualquer doutrina filosófica que se queira conhecer, sobretudo as grandes doutrinas filosóficas, demanda um longo período, muitos e muitos anos de estudo e reflexão. Esse longo período de estudo e reflexão acaba por tornar aquele que a isso se dedica um especialista da obra estudada. O ceticismo grego foi redescoberto nos anos 70 do século passado. E hoje se contam por dezenas os especialistas que a ele se dedicam na Europa e nas Américas. Todos eles expõem suas interpretações em teses, livros e discursos. Na leitura das obras do autor estudado, deparamo-nos quase sempre com pas-

sagens que nos parecem conflitantes, ou mesmo contraditórias umas com relação às outras, passagens cujos sentidos não nos parecem uns com os outros conciliáveis. Isso ocorre na comparação entre diferentes obras do autor estudado, mas ocorre também – e com grande frequência – no interior de uma mesma obra. E, no caso de diferentes obras, sem que tenhamos qualquer indício de que o autor teria mudado de posição filosófica, por vezes tendo ele mesmo expressamente afirmado que não houve mudança alguma em sua posição.

Tentando-se compreender a obra de um autor, é muito importante considerar as circunstâncias históricas e sociais em que a obra foi escrita. Com frequência, o conhecimento dessas circunstâncias contribui imensamente para um melhor entendimento do pensamento do autor. Levamos também em conta outras filosofias que aconteceram na mesma época e buscamos descobrir as eventuais interações entre elas e a obra do autor que estudamos.

6. Quando um especialista propõe uma nova interpretação do autor sobre o qual ele trabalha, ele o faz obviamente porque julga ter alguma coisa de novo a dizer. Se não julgasse assim, não faria sentido propô-la. Propondo uma nova interpretação, ele fará, no mais das vezes, a crítica dos erros em que julga terem incidido as outras interpretações. As diferentes interpretações conflitam umas com as outras. Como é compreensível, cada intérprete entende que sua interpretação é a correta e que as interpretações dos outros intérpretes são, em geral, incorretas.

Quanto a mim, tenho obviamente procedido como os outros especialistas, defendendo minha interpretação e criticando as dos outros intérpretes. Penso, efetivamente, que minha interpretação do ceticismo grego é a correta e que as dos outros intérpretes são incorretas. É honesto confessar que os especia-

listas e intérpretes somos todos muito vaidosos. O especialista expõe e defende sua interpretação através de suas teses, livros, artigos, conferências. Também eu assim fiz. E o faço até hoje, como vocês estão vendo. O único problema é que, infelizmente, tal como acontece com os outros especialistas, não tenho como provar-lhes que a minha interpretação é a correta. É pena!

7. Permitam-me lembrar um fato curioso. Eu comecei a estudar o ceticismo grego em 1966 e, desde então, tenho trabalhado ininterruptamente sobre ele. Embora, obviamente, tenha paralelamente estudado e lecionado muitas outras filosofias, também muitas outras disciplinas, além da filosofia grega. Meu primeiro curso sobre o ceticismo grego foi dado neste Departamento em 1968, faz 48 anos. Entre os alunos desse curso, chamou-me particularmente a atenção um menino (vocês certamente não se aborrecerão pelo fato de um velho como eu chamar os alunos de graduação de “meninos”) que era particularmente inteligente e muito estudioso. Ele se chamava “Paulo Arantes”. Paulo Arantes tinha uma outra grande qualidade: ele era de Santos, como eu. Ambos somos “caíçarás”.

8. O que dizer do aprendizado que vocês, estudantes, fazem dos autores e da história da filosofia? Se o professor é um especialista, que estou supondo empenhado na boa formação de seus alunos, o que os estudantes aprendem e ficam conhecendo é como o professor interpreta o autor estudado. Se essa interpretação já tiver sido, ao menos em parte, publicada alguns anos antes, ela certamente já terá sido questionada e criticada. Os outros especialistas, via de regra, não a terão aceito. Se o professor, no entanto, não é um especialista, mas é competente, sério e estudioso, ele exporá a seus estudantes a interpretação de um especialista que ele estudou. Em outras palavras: no me-

lhor dos casos, o que vocês aprendem é a interpretação de um especialista, com a qual os outros especialistas não concordam.

9. Imagino que alguns de vocês, um pouco incomodados talvez com o que acabo de afirmar, poderiam interpelar-me e dizer que o que vocês querem saber não é como os intérpretes interpretam um autor, Platão por exemplo, mas, sim, como Platão entendia sua filosofia. Eu lhes responderia que não vejo como se poderia conhecer a leitura platônica do platonismo. Isso parece-me totalmente impossível. E se, na ocasião em que vocês me fizessem tal interpelação, eu estivesse com uma veia humorística e um pouco sarcástica, eu acrescentaria “Perguntem p’ra ele”.

10. Entretanto, ainda que se pudesse, nada adiantaria perguntar diretamente a ele. Vou explicar por quê. Meu mestre Vitor Goldschmidt apreciava muito a filosofia de Bergson e escreveu um livro em que expunha sua interpretação desse filósofo. Quando terminou o livro e ia entregá-lo ao editor, um outro historiador da filosofia acabara de publicar um livro sobre Bergson. Goldschmidt julgou totalmente errônea a interpretação que esse autor oferecia da filosofia bergsoniana. Entretanto, esse outro intérprete pedira ao próprio Bergson que escrevesse o prefácio do livro. Bergson aceitou o pedido e disse, nesse prefácio, que o livro expunha de maneira totalmente correta sua filosofia! Mas o estruturalismo goldschmidtiano exigia que, no estudo de um autor, se buscasse reconstituir sua filosofia *ad mentem auctoris*, isto é, segundo a mente do autor, como este a pensou.

Na minha opinião, Goldschmidt deveria ter tirado desse episódio a conclusão de que o autor não é, necessariamente, o melhor intérprete de sua própria obra. O autor pode não ter percebido, por exemplo, certas conexões entre seus conceitos que não escaparam ao olhar crítico de um intérprete, ele pode não se ter

gado conta de certas implicações de suas afirmações que um intérprete pode eventualmente detectar no estudo e análise de sua obra. A interpretação da filosofia de um autor exige bem mais que a tentativa de reconstituir sua filosofia *ad mentem auctoris*. Não sei se meu mestre Goldschmidt tirou essa, a tirei.

Um antigo orientando meu acaba de escrever um livro, ainda não publicado, que é um estudo da evolução de minhas ideias filosóficas. Minhas ideias filosóficas certamente evoluíram ao longo dos anos, minha atual interpretação é bem outra que não o que anteriormente eu dizia acerca do ceticismo grego. Em seu livro, meu antigo orientando faz diversas afirmações sobre o que eu antes pensava, mas eu não vejo como endossá-las. E ele discerne fases da evolução de minha leitura do ceticismo grego que eu não sou capaz de reconhecer. Entretanto, o que acabo de dizer sobre a interpretação *ad mentem auctoris* faz vocês verem que meu antigo orientando pode ter compreendido melhor que eu os textos que escrevi.

11. O método estruturalista de estudo das filosofias busca apreender o que podemos chamar de “lógica interna” da filosofia estudada. Segundo os estruturalistas, os argumentos e conclusões alcançadas por essa “lógica interna” não têm de coincidir com o que nossa lógica habitual estabeleceria. Isso porque a “lógica interna” decorreria de uma decisão do autor. Buscaremos apreender a estrutura e as conexões internas dessa lógica, apreender como o autor a organizou. Vocês veem como o método estruturalista está associado a uma doutrina estruturalista sobre as filosofias. E em que sentido o método estruturalista procura compreender uma doutrina *ad mentem auctoris*. O maior expoente dessa doutrina e desse método foi Martial Guérout.

12. Eu defendi esse método e doutrina por muito tempo. In-

felizmente, fui eu quem os trouxe para este Departamento. Muitos professores deste Departamento foram meus alunos e eles os aprenderam comigo. Muitos anos depois eu compreendi 1º) que eu entendera mal o estruturalismo; 2º) que o uso do método estruturalista não exigia o comentário dos textos estudados linha a linha. Mas eu comentava assim os textos e ensinei muitos a assim fazerem.

Faz muito, muito tempo que abandonei o estruturalismo. Paradoxalmente, porém, meu convívio com o estruturalismo foi o que me levou ao ceticismo. Para o estruturalismo, cada filosofia ou sistema filosófico (Goldschmidt muitas vezes falou das filosofias como sistemas filosóficos) num certo sentido é algo como uma mônada. Cada sistema concebe verdade e realidade à sua maneira, cada sistema instaura verdade e realidade conforme a decisão do autor. Os autores dos sistemas filosóficos se referem, por certo, aos outros sistemas, mas os rejeitam. Os sistemas se excomungam reciprocamente.

Não tendo jamais cogitado de criar um sistema filosófico nem de instaurar realidades e verdades, uma compreensão a meu ver mais profunda do estruturalismo fez-me perceber que eu não dispunha de qualquer critério para privilegiar um sistema com relação aos outros, para escolher um entre eles. Isto é, nenhum critério para endossar qualquer instauração de realidades e verdades. Isso fez de mim um cético.

Sempre que eu ia à França, Goldschmidt convidava-me para jantar. Mas eu nunca tinha a coragem de confessar-lhe que eu abandonara o estruturalismo e me tornara um cético. Numa dessas vezes, porém, depois de tomarmos um bom vinho francês, muni-me de coragem e fiz a confissão. Goldschmidt sorriu e me respondeu, para minha enorme surpresa: “Eu também, Porchat,

tornei-me um cético”. Fiquei convencido de que uma reflexão mais aprofundada sobre o estruturalismo leva o estruturalista a tornar-se um cético.

13. Eu herdei de Goldschmidt esse costume de levar meus estudantes para jantar. Eu fazia isso com meus orientandos de pós-graduação. Exigia deles um seminário de três horas por semana para o qual eles deviam seja trazer um texto escrito de, pelo menos, dez páginas, sobre assunto relacionado com sua tese, que eu lhes indicava uma semana antes, seja fazer uma exposição oral de, pelo menos, uma hora, sobre tema por mim indicado. O prêmio para esse grande trabalho (os estudantes diziam-me que levavam três dias para preparar o seminário) era uma pizza comigo no restaurante Vicapota da Praça Buenos Aires. Fiz isso durante algumas dezenas de anos. Meus orientandos devem muitas pizzas a Vitor Goldschmidt.

14. Vou agora expor-lhes, de maneira muito sucinta, como interpreto o ceticismo grego. Tocarei apenas em alguns poucos pontos. Deixarei de lado, inclusive, pontos realmente essenciais. Em primeiro lugar, devido ao pouco tempo de que disponho, totalmente insuficiente para uma exposição mais geral sobre o ceticismo grego. Em segundo lugar, porque, para o propósito que tenho aqui, basta-me pintar o ceticismo grego com algumas poucas pinceladas. Pois creio ser isso suficiente para eventualmente induzir alguns de vocês a se interessarem pelo estudo desse ceticismo. Com a esperança de que se tornem céticos gregos como eu. Não me pejo de confessar-lhes que estou plenamente consciente de estar fazendo proselitismo. Também os céticos gregos assim faziam.

15. Nossa fonte básica e, num certo sentido, praticamente única, para o conhecimento adequado do ceticismo grego, é o fi-

lósofo e médico grego Sexto Empírico, que viveu provavelmente entre os anos 150 e 250 d.C. Sexto, em seus livros, se apresenta como um cético. Assim, por exemplo, servindo-se da primeira pessoa, ele usa sentenças tais como “Nós, céticos, dizemos que...”, e outras semelhantes. Por diferentes motivos, que não disponho de tempo para aqui expor, os outros autores antigos que falaram do ceticismo, sejam céticos ou adversários do ceticismo, de fato não nos ajudam a interpretá-lo. Mas de Sexto Empírico, ainda que muitas obras se tenham perdido, temos a fortuna de possuir obras completas. São as *Hipotíposes pirrônicas* (citadas com a sigla HP, o termo grego *Hypotýposis* significa esboço, resumo, sumário) e *Contra os homens do saber* (citadas com a sigla AM, feita com as iniciais da tradução do título grego *Pròs Tòus Mathematikoús*, em latim, *Adversus Mathematicos*). Vou agora abordar rapidamente a diferença entre céticos Pirrônicos e céticos Acadêmicos, muito utilizada nos estudos sobre o ceticismo antigo. Sexto, aliás, se chamava a si próprio, assim como a todos os outros que comungavam de sua postura cética, de “Pirrônicos”.

16. “Pirro” era o nome de um filósofo, contemporâneo de Aristóteles, que, juntamente com outros filósofos gregos, acompanhou o jovem imperador Alexandre em sua famosa expedição à Índia, a partir da Macedônia. Expedição que assegurou a difusão do helenismo por um grande número de países. Quase nada sabemos sobre o pensamento de Pirro, que nada escreveu. De seu discípulo Timão, que era filósofo e dançarino, temos algumas linhas sobre o mestre, mas há controvérsia sobre o valor desse testemunho. Timão foi rival de Arcésilas, que viveu aproximadamente de 316 a 241 e assumiu a direção da Academia em 244. Sucedeu-lhe Carnéades, que dirigiu a Academia de 167 a

137. Até hoje se discute sobre se Arcésilas e Carnéades representam, ou não, uma fase cética da Academia de Platão. Para muitos, ambos encarnaram o assim chamado “Ceticismo Acadêmico”. Sexto Empírico foi de opinião contrária. Na seção XXIII do livro I das *Hipotiposes pirrônicas*, intitulada “No que Difere o Ceticismo da Filosofia Acadêmica” (cf. HP I, 220-235), Sexto empenha-se longamente em mostrar que a Filosofia Acadêmica não era cética. Também em AM VII, no livro I *Contra os lógicos* (lembremos que, na terminologia da época, a Teoria do Conhecimento era chamada de “Lógica”), ao tratar do problema do critério da verdade, Sexto expõe as ideias filosóficas de Platão (cf. AM VII, 119 e 141-4), Arcésilas (cf. AM VII, 150-8) e Carnéades (cf. AM VII, 159-89) de modo a ressaltar sua incompatibilidade com o ceticismo. Carnéades, além de filósofo, foi também um orador brilhante. Nada escreveu, tal como Sócrates, e foi considerado por muitos de seus contemporâneos como o maior filósofo grego de todos os tempos.

Dos filósofos que sucederam a Carnéades na direção da Academia, alguns assumiram uma posição filosófica mais próxima à sua, outros se mantiveram mais distantes. Essa fase filosófica da Academia, inaugurada por Arcésilas e que é ainda hoje considerada por muitos estudiosos do ceticismo grego como a fase cética da Academia de Platão, chega ao fim com Antíoco de Ascalão, que chefiou a Academia de 79 a 68 a.C. Antíoco defendia a tese da proximidade filosófica entre o platonismo e o estoicismo e assumiu posições filosóficas incompatíveis com qualquer forma de ceticismo. Cícero assistiu a seus cursos.

Nesse século I a.C., o filósofo Enesidemo, membro da Academia, descontente com sua nova orientação estoicizante, dela se retirou. Enesidemo publicou, entre outros livros, *Discursos*

pirrônicos e *Esboço introdutório do pirronismo*, mas nenhuma dessas obras se conservou. Muitos o consideraram o verdadeiro fundador do Ceticismo Pirrônico, mas os nomes mesmos que ele deu à sua obra parecem indicar que ele considerava sua filosofia uma revivescência das ideias céticas do lendário Pirro. Enesidemo organizou esquemas céticos de argumentação, os famosos Tropos ou Modos, que Sexto Empírico adotou e expôs longamente nas *Hipotiposes* (cf. HP I, 31-163). O uso dessas esquemas permite ao cético dizer que não há como mostrar que uma tese ou proposição é verdadeira nem que ela é falsa. Em *Contra os homens do saber* (II livro *Contra os lógicos*), diz Sexto que Enesidemo desenvolveu argumentos contra a existência da verdade (cf. AM VIII, 40). Enesidemo exerceu, por certo, grande influência sobre Sexto Empírico e seu ceticismo. Curiosamente, no entanto, em seu segundo livro *Contra os físicos* (cf. AM X, 29 ss), Sexto parece dizer que Enesidemo afirmou, contrariamente ao ceticismo e conjuntamente com outros filósofos, a realidade do Movimento.

Outro filósofo pirrônico importante, que terá vivido no século I a.C. e sobre o qual se sabe ainda menos que sobre Enesidemo, foi Agripa. Agripa desenvolveu cinco Tropos ou Modos de argumentação cética que Sexto Empírico também adotou e reproduziu nas *Hipotiposes* (cf. HP I, 164-77). Sexto deles se serviu com grande frequência em sua obra. O primeiro Modo é o da *diaphonía* (discordância, divergência, dissenso). Esse Modo invoca o fato de que tanto as pessoas comuns quanto os filósofos sustentam opiniões conflitantes e entre si incompatíveis sobre um sem-número de assuntos. Diante do confronto entre duas opiniões conflitantes, não tem o cético como dar preferência a uma delas, não tem, portanto, como afirmar sua verdade ou sua

falsidade.

Sexto Empírico, de duzentos e cinquenta a trezentos anos depois de Agripa, no século III da era cristã, desenvolveu amplamente a filosofia pirrônica. Sexto parece inseguro quanto ao que teria verdadeiramente sido o pensamento filosófico de Pirro. Com efeito, em HP I, 7, ele nos diz que a orientação (*agogé*) cética é chamada de “pirrônica”. Mas Sexto afirma, nessa mesma passagem, que essa denominação foi dada “por parecer-nos que Pirro se aplicou ao ceticismo de maneira mais sólida e manifesta do que os que o antecederam”. Conto a vocês uma curiosidade: naquele dia em que contei a Vitor Goldschmidt que eu me tinha tornado um cético e ele me respondeu que também ele, eu acrescentei que me tinha tornado um cético pirrônico, ele me contou que se tinha tornado um cético acadêmico.

Vou contar-lhes também outra curiosidade, esta de natureza trágica. No ano de 529, o imperador cristão Justiniano reinava sobre o Império Romano do Oriente, cuja capital era Bizâncio, que hoje se chama “Istambul”. Foi o imperador romano Constantino quem, entre 224 e 230, transferiu a capital do Império de Roma para Bizâncio, cidade grega da atual Turquia, cujas origens datam de 667 a.C. e que veio depois a chamar-se Constantinopla. Tomada pelos turcos em 1453, a cidade passou a chamar-se Istambul. Naquele ano fatídico de 529, Justiniano ordenou o fechamento de todas as escolas de filosofia em Atenas, entre elas obviamente incluídas a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles, o Pórtico dos Estoicos. Atenas era considerada o último baluarte do paganismo e Justiniano justificou o fechamento dizendo que o que lá se ensinava era incompatível com a fé cristã.

17. Deixem-me agora dizer-lhes como entendo o ceticismo

pirrônico de Sexto Empírico. Para mim, o cético grego era um ser humano comum, um ser humano como qualquer um de nós. Como tal, ele participava da “vida comum”, da *koinòs bíos*. É o próprio Sexto que o diz e que assim se exprime. A figura sextiana do cético é a de um ser humano comum entre os outros seres humanos, a de um filósofo entre os outros filósofos. Vivendo entre os seres humanos e interagindo com eles, tal como nós o fazemos. Enquanto filósofo, interagindo também filosoficamente com os outros filósofos, assim como também o fazemos nós que somos filósofos. Sexto nos fala das discussões filosóficas dos céticos com seus adversários, dos argumentos que uns e outros utilizam, do jogo de réplicas e contrarréplicas nos discursos entre si conflitantes de uns e outros.

18. Por outro lado, o mesmo fato de Sexto exercer na vida comum a profissão de médico mostra, de maneira óbvia, que ele entendia como naturais e normais para um cético as indispensáveis interações conversacionais entre os médicos e seus clientes. Na secção final de HP I, o livro I das *Hipotiposes*, Sexto Empírico fala do parentesco, a seu ver muito próximo, e das afinidades entre a Escola de Medicina chamada “Metódica” a que ele pertencia, aparentemente uma dissidência da Escola Empirista de Medicina (lembrem que ao nome Sexto foi acrescentado o termo “Empírico”). Havia uma terceira grande Escola de Medicina grega, a Escola Racionalista (*Logiké*). Os principais filósofos céticos da época eram os líderes do Méthodos, isto é, da Escola Metódica de Medicina.

19. Sexto Empírico deu à primeira secção das *Hipotiposes pirronianas* (cf. HP I-4) o seguinte título: “Sobre a principal diferença entre as filosofias” e baseou essa diferença nas diferentes soluções que as filosofias deram à problemática da verdade. Esta

é, portanto, para o ceticismo de Sexto, a questão fundamental da filosofia. Ele distingue três grandes filosofias: a Dogmática, a Acadêmica e a Cética e diz que os Dogmáticos são aqueles filósofos que têm a pretensão de terem descoberto verdades, os Acadêmicos são aqueles que sustentam a tese da inapreensibilidade da verdade, os Céticos são os filósofos que, reconhecendo embora não ter encontrado verdades em sua investigação filosófica, mantêm a questão sempre em aberto e continuam sempre sua atividade investigativa. Para os Céticos, a filosofia Acadêmica se configura como um dogmatismo negativo e, nesse mesmo livro primeiro das *Hipotiposes*, em HP I, 229-30, Sexto assimila a filosofia Acadêmica à filosofia Dogmática. Em HP I, 4, Sexto também diz, ainda que indiretamente, que os dogmáticos entendem que as coisas são como eles as dizem, isto é, que seu discurso, um discurso verdadeiro, exprime a realidade das coisas.

20. Por várias vezes, ao longo desse livro I, Sexto repete que, ao contrário do que pensam os Dogmáticos, os Céticos não veem como se poderia apreender a natureza das coisas, dizendo como elas em si mesmas são. Na linguagem sextiana, os dogmáticos dogmatizam, isto é, sustentam dogmas. E Sexto define como dogma uma proposição que “põe” (isto é, afirma, estabelece) como real (*títhetai hos hypárkhon*) aquela coisa a que ela se está referindo, cf. HP I, 14. Tidas como expressão da realidade das coisas, tais proposições, então, são coerentemente tidas pelos Dogmáticos como verdadeiras.

21. Para Sexto, o dogmatismo é uma distorção do Logos (*toû lógou diastrophé*, cf. AM XII, 148), uma enfermidade da razão. E o cético, enquanto filósofo, é o médico da razão. O cético sextiano se empenha em curar os dogmáticos dessa enfermidade através do discurso, conversando, argumentando e discutindo

com eles, tentando fazer com que eles abandonem seu dogmatismo. Trata-se, como se vê, de uma terapia filosófica. E, mais uma vez, vemos o cético engajado na vida de sua comunidade, um ser humano entre os outros seres humanos.

22. A missão que o ceticismo se atribui é denunciar o dogmatismo e combatê-lo. Sexto nos apresenta o ceticismo como uma prática, precisamente essa prática de denunciar e combater a filosofia dogmática (o termo grego que estou traduzindo por “prática” é *agogé*, cf., por exemplo, HP I, 7). Toda a obra de Sexto que nos restou, as *Hipotiposes* e os onze livros *Contra os homens do saber*, se dedica a essa missão.

O ceticismo não pode ser uma teoria. Endossar uma teoria é tê-la como verdadeira, algo de que o cético se proíbe. A argumentação cética se consagra a tornar inviável o dogmatismo. As teorias são dogmáticas e pretensamente verdadeiras.

23. O livro I das *Hipotiposes* é uma introdução bem articulada aos outros dois livros dessa obra. Ele nos explica a principal diferença entre as três grandes filosofias, a natureza de seus argumentos, os nomes que se deram à filosofia cética. Explica-nos também o que é o ceticismo, fala-nos de seus princípios, diz-nos que o cético não dogmatiza, explica-nos como o ceticismo lida com as três grandes partes que o estoicismo distinguiu na filosofia (Lógica, Física e Ética), mostra-nos que o ceticismo não rejeita as coisas que nos aparecem (isto é, os fenômenos, *tà phainόμενα*). Explica-nos também qual o critério prático de que o ceticismo se serve e qual o fim ou objetivo buscado pelo ceticismo. Expõe-nos longamente os esquemas céticos de argumentação contra os Dogmáticos, isto é, os dez tropos de Enesidemo, os cinco Modos de Agripa e alguns outros Modos que os céticos tinham proposto. Expõe-nos, também longamente as famosas

máximas (*phorai*) céticas, tais como “Não mais” (ou *mállon*, no sentido de “Não mais isto que aquilo”), “Suspendo o Juízo”, “A todo argumento (*logos*) se opõe um argumento igual” e várias outras. Em seguida, mais uma vez longamente, Sexto compara a filosofia cética pirrônica com filosofias anteriores a ela, que ele nos diz terem com ela uma certa proximidade filosófica, quais sejam as filosofias de Demócrito, dos Cirenaicos, de Protágoras, da Academia. A última seção do livro I das *Hipotiposes* compara o pirronismo com a orientação médica da Escola Metódica de Medicina.

24. Os dogmáticos que conheceram o ceticismo antigo, particularmente os estoicos, que Sexto diz, nas *Hipotiposes*, serem os principais adversários dos céticos, opuseram a estes a famosa e hoje milenar objeção da inconsistência e da apraxia, isto é, da inatividade. Muitos dos estudiosos do pirronismo que são nossos contemporâneos ainda a brandem contra os céticos.

Porque os céticos, ao contrário de seus adversários, põem em xeque a apreensão da realidade e afirmam não ter verdades, os adversários, em primeiro lugar, acusaram os céticos de inconsistência. Sexto, de fato, repete amiúde que os céticos falavam e viviam sem crenças, isto é, *adoxástos*, sem *dóxa* (este último termo significava crença ou opinião e Sexto Empírico usou-o como sinônimo de *dogma*). A inconsistência, segundo a objeção, estaria no fato de que o cético age como se tivesse crenças. E se entende que, sem crenças, ele não poderia agir. Se o cético não acredita, por exemplo, na existência do movimento ou do lugar – e há textos de Sexto que argumentam contra a existência tanto do movimento como do lugar – ele incorreria claramente em inconsistência se se pusesse em movimento e se dirigisse a um lugar. Isso já seria suficiente para mostrar sua incoerência.

Quanto à *apraxia* ou inatividade do cético, ela também seria, diz a objeção, consequência óbvia da posição do cético: se o cético estivesse, por exemplo, sozinho em seu quarto, ele, por aquelas mesmas razões, não se moveria em busca de alimentos e permaneceria inativo até que a morte lhe sobreviesse. Felizmente para os céticos, nenhum cético procedia com tal “coerência”.

25. Hume retomou a objeção numa página famosa de seu notável livro *An enquiry concernig human understanding* de 1748. Para Hume, “o cético deve reconhecer, se reconhecer alguma coisa, que toda vida humana deve perecer, se seus princípios vierem a prevalecer de modo universal e firme. Todo discurso, toda ação, cessariam imediatamente; e os homens permaneceriam numa total letargia, até que as necessidades da natureza, não satisfeitas, pusessem um fim à sua miserável existência”. Devido à grande influência de Hume sobre a filosofia moderna e contemporânea, a velha objeção estoica, hoje velha de mais de dezoito séculos, se repete monotonamente e é oposta ao ceticismo até os nossos dias.

26. Aos olhos de Sexto Empírico, que conhece a objeção e expressamente a menciona (cf. AM XI, 162-6), ela é totalmente incorreta. Sexto afirma que ela se deve à incompreensão, por parte dos adversários, do pensamento cético e do método cético de argumentar.

É, por essa razão, diz Sexto, que os dogmáticos propõem as objeções da inconsistência e da *apraxia* (inatividade). Sexto se está referindo à falta de compreensão, pelos dogmáticos, do famoso método cético das antinomias. E Sexto é bastante duro com os que propõem essas objeções, chega a dizer que se deve desprezá-los (cf. HP XI, 162-3). Como Sexto mostra, em numerosíssimas passagens de sua obra, o método das antinomias

consiste em opor uma argumentação dogmática que conclui, por exemplo, pela tese dogmática da existência do movimento, a outra argumentação dogmática que conclui, ao contrário, pela inexistência do movimento.

E Sexto nos ensina que a todo discurso se opõe um discurso igual (cf. HP I, 201: *panti lógo lógon íson antíketai*). Ele dedica toda a seção XXVII do livro I das *Hipotiposes* ao comentário dessa máxima cética (cf. HP I, 202-5). Mais adiante, na seção XXXII de HP I (cf. HP I, 216-9), Sexto menciona a doutrina protagoriana do homem-medida (Protágoras disse ser o homem a medida de todas as coisas (cf. HP I, 216) e afirma que essa doutrina parece mostrar a existência de uma posição comum a Protágoras e aos céticos. O que não impede que, devido a outras teses que Protágoras sustenta, Sexto o considere um filósofo dogmático (cf. HP I, 217-9). Em *Hipotiposes*, I, 202-3, Sexto explicara em que sentido os céticos usam aquela máxima: ao usá-la, estão significando que a qualquer discurso (*logos*) que afirma algo dogmaticamente se opõe outro discurso dogmático que o contradiz. Pode-se construir esses discursos de modo a dotá-los de igual força persuasiva (é o que Sexto chama de *isosthéneia*, isto é, de igualdade no que concerne à credibilidade e à não-credibilidade (*katà pístin kai apístian*, cf. HP I, 10). Quero assinalar que a Sofística grega, particularmente Protágoras e Górgias, exerceram considerável influência sobre o pirronismo.

27. Essa igual força de persuasão não permite, obviamente, ao cético, optar por uma delas, levando-o a uma retenção (ou suspensão) de juízo, a uma *epokhé*, que se lhe impõe com necessidade. Como Sexto nos explica, a *epokhé* é um estado de nosso entendimento (*noús, diánoia*) que não nos permite afirmar nem negar. *Epokhé* é um dos termos mais importantes da linguagem

do ceticismo pirrônico e a prática da retenção de juízo é uma das mais poderosas armas de seu arsenal antidogmático. O cético, com grande frequência, parte da constatação de uma *diaphonía* (discordância, dissenso) entre teses dogmáticas (defendidas por filósofos ou, mesmo, por pessoas comuns), busca e constata sua *isosthéneia* e chega à *epokhé*, não tendo como optar por uma delas (cf. HP I, 10).

28. Os adversários dogmáticos que, diante de argumentos dogmáticos utilizados pelos céticos na construção das antinomias, não conseguiram entender que somente teses dogmáticas estavam em jogo, que a nenhum momento elas estavam sendo endossadas pelos céticos, entenderam, por exemplo, que os céticos diziam não ter como saber se o movimento ou o lugar existia ou não. Mas Sexto explica, em AM XI, 165-6, que o cético se serve de dois *lógoi*. Um deles é o *logos* dogmático, que o cético somente utiliza na prática do método das antinomias. O outro é o *logos* cético. O *logos* dogmático é o *logos* de que o cético se serve dialeticamente, ao criticar o dogmatismo. Quanto ao *logos* propriamente cético, o cético dele se serve, em sua vida cotidiana, vivendo a vida comum. Não vejo, como interpretar de outro modo essa passagem. Tenho-a como de grande importância para a compreensão do uso cético da linguagem e, por extensão, de toda a filosofia pirrônica. Confesso minha estranheza diante do fato de que um número muito grande dos estudiosos do ceticismo nossos contemporâneos não a exploram, muitos nem mesmo a citam.

29. Essa interpretação que propus me parece plenamente confirmada pelo uso, que é bastante frequente nas *Hipotiposes*, da expressão *hóson epì tō logo*. Sexto a usa em sinonímia com *hóson epì tois legoménois hypò tōn dogmatikōn* (cf., por exemplo,

HP III, 29). Essa sinonímia é reconhecida pelos estudiosos e eles corretamente a traduzem, habitualmente, por “no quanto concerne às coisas que são ditas pelos dogmáticos”. Por esse motivo, defendo que se traduza *hóson epì tō logo* por “no quanto concerne ao discurso dogmático” (ou, o que dá praticamente no mesmo, por “no quanto concerne à razão dogmática” ou, mais livremente, por “no quanto concerne à filosofia dogmática”).

Nem há outra maneira de compreender o uso sextiano da expressão *hóson epì tō logo*, uma das expressões da linguagem cética mais comentadas pelos estudiosos e, seguramente, uma das expressões menos compreendidas da linguagem dos cétricos. Sexto usa a expressão, por exemplo, em HP III, 29, passagem na qual, após desenvolver argumentos antinômicos a favor da existência da causa e contra essa existência, Sexto diz que o cético é obrigado a reter seu juízo, isto é, ele é conduzido à *epokhé*. E conclui que a causa não é mais existente que não existente, “no quanto diz respeito às coisas ditas pelos dogmáticos”. Também em HP III, 135, após desenvolver argumentos tanto contra como a favor da existência do lugar, nosso filósofo diz, semelhantemente, que os cétricos retêm seu juízo “no quanto diz respeito às coisas ditas pelos dogmáticos”.

Termino meu comentário sobre o uso de *hóson epì tō logo*, lembrando um texto de Sexto cuja interpretação é bastante difícil e que, embora considerado pelos estudiosos um texto-chave para a compreensão do pirronismo, é, no entanto, objeto das mais desencontradas interpretações. É o texto de HP I, 20, o famoso texto sobre a doçura do mel. Nele, Sexto diz que, reconhecendo embora que o mel lhes aparece como doce, os cétricos questionam se ele é também doce *hóson epì tō logo*. Conforme minha interpretação, Sexto está dizendo que os cétricos somente

questionam a interpretação filosófica dogmática da proposição “o mel é doce”. Lembremos que, em AM XI, 18-20, Sexto explica que o verbo grego *esti* (“est” em latim, “existe” em português) se usa em dois sentidos diferentes. Num deles, dizer que alguma coisa existe significa que ela tem existência real, que ela *hypárkhei*, no sentido metafísico em que filósofos dogmáticos usam este verbo. E eu lembraria o grande número de concepções metafísicas de existência, seja na antiguidade, seja nas Idades Média, Moderna e Contemporânea, como sempre conflitantes e incompatíveis umas com as outras.

Mas o verbo *esti* tem também um outro sentido, diz Sexto e, quando ele é usado nesse segundo sentido, ele significa “aparece” (*phaínetai*). Neste sentido não-dogmático, o verbo pode ser e é usado pelos cétricos, quando não estão desenvolvendo sua contestação antinômica das teses dogmáticas. O termo pertence ao uso da linguagem pelo cético, em sua vida cotidiana. Entendo, então, que naquela passagem de HP I, 20, na qual Sexto diz que os cétricos questionam a doçura do mel *hóson epì tō logo*, isto é, no quanto diz respeito à interpretação filosófica dogmática dessa doçura, Sexto não está de modo algum negando que os cétricos se proibam de afirmar que o mel é doce, no quanto diz respeito ao seu uso cotidiano da linguagem. Vou mais longe: entendo que o cético não está de modo nenhum negando a existência do que quer que seja. Em sua linguagem cotidiana, se um adversário o interpelar por ele ter dito, por exemplo, que existe uma mesa em frente a ele, o cético responderá que jamais lhe passou pela mente negar a existência dessa mesa, já que sua retenção de juízo diz apenas respeito às interpretações dogmáticas, por exemplo da sentença “existe uma mesa à nossa frente”. O cético jamais negou a existência do movimento ou do lugar.

Imodestamente, penso que essa minha interpretação tem importância para uma compreensão melhor e mais aprofundada do pirronismo. Obviamente, serão em grande número os que a rejeitarão como incorreta.

30. É hora de mencionar uma das noções mais importantes da filosofia cética, a noção de *phainómenon* (fenômeno). Alguns estudiosos têm traduzido o termo grego *phainómenon* por “aparência”, eu considero bastante enganosa essa tradução. Há dois anos publiquei, na revista *Analytica*, um artigo a que dei como título “A noção de *phainómenon* em Sexto Empírico”. Por não dispormos de tempo suficiente, o pouco que vou dizer aqui resume, de modo muito sumário, o que escrevi no artigo. Esse artigo apareceu num número especial da revista, dedicado a comemorar vinte anos de sua existência (cf. vol. 17, número 2, 2013).

Segundo minha interpretação, boa parte do que aqui expus sobre o pirronismo está, de um modo ou de outro, associado de perto à noção de fenômeno. O termo *phainómenon* foi utilizado por Carnéades e por Enesidemo, é o próprio Sexto quem nos informa. Em HP I, 4, Sexto diz que vai expor, na sequência, a orientação cética, à maneira de um cronista, conforme o fenômeno do momento (*katà tò nân phainómenon hemîn*, isto é, “conforme o que no momento lhe aparecer”). Mas adverte previamente que não afirma serem as coisas que vai dizer tais como as diz, em sentido absoluto. A sequência anunciada por Sexto é, em verdade, toda a obra, isto é, os três livros das *Hipotiposes*.

Traduzindo literalmente *tò phainómenon* (aquilo que aparece, no plural *tà phainόμενα*, as coisas que aparecem), entendo que Sexto chama de “fenômeno”, pura e simplesmente, o que está aí, tudo que se manifesta a nós, o conteúdo de nossa experiência

do mundo cotidiano. A partir da obra de Sexto, fica-nos evidente que são fenômenos para nós, segundo o filósofo, de um lado os objetos e eventos físicos do assim chamado “mundo exterior” (cf. HP I, 94, dá-nos a maçã como exemplo de fenômeno), mas também os conteúdos todos de nossa mente (assim nos exprimimos hoje, na linguagem sextiana o termo correspondente era *noûs* ou *diánoia*, ambos estes termos podendo traduzir-se por “entendimento”), tais como, por exemplo, a percepção visual de uma flor. O fenômeno físico flor produz causalmente em nossa mente uma afecção (*páthos*), fazendo-se representar assim em nós, dando origem a uma *phantasia*, uma representação. É por intermédio de tal representação que temos acesso ao objeto externo, isto é, à flor. Creio ser plenamente adequado dizer que, contra as explicações da ciência (*epistéme*) dogmática, Sexto Empírico, rejeitando as noções dogmáticas de verdade e realidade, nos descreve um mundo fenomênico por meio de um discurso fenomênico, explicando-nos como temos acesso aos objetos fenomênicos.

Tal é a clara distinção que Sexto Empírico estabelece entre os fenômenos sensíveis (*aisthetá*) e os fenômenos inteligíveis (*noetá* ou *noetiká*). Os textos são claros a esse respeito. Diremos que nosso mundo tem para Sexto duas espécies de “habitantes”: os objetos físicos e os eventos que ocorrem em nossas mentes. Sexto certamente pensa que, por exemplo, um fenômeno inteligível tal como a lembrança de um fato passado que surge na mente de um homem, somente pode aparecer-lhe porque ele experienciou anteriormente inúmeros fenômenos físicos e também inúmeros outros fenômenos inteligíveis, que são, conjuntamente, causalmente responsáveis por essa lembrança. Mas nosso conhecimento de que a lembrança de algo em nossa mente se deve, em

muitíssimos casos, a complexas relações entre fenômenos físicos e fenômenos inteligíveis experienciados em nossa vida passada, em nada estorva a manutenção de uma distinção radical entre esses dois tipos de fenômenos. Sobre esse tema tenho uma confissão a fazer de algo que me envergonha. Num de meus escritos, eu me atribuí a distinção entre fenômenos sensíveis e fenômenos inteligíveis, uma distinção que Sexto fazia e que ele menciona em alguns de seus textos. Não sei como fui capaz de dizer tamanha bobagem. Eu certamente estava “viajando” quando disse isso.

31. Eu lhes falei da prática do método das antinomias pelos céticos, que os leva à retenção de juízo sobre as conclusões dos argumentos dogmáticos entre si conflitantes e com igual força de persuasão.

Essas retenções de juízo, adstritas à esfera do pensamento dogmático, nada têm a ver com o discurso fenomênico de que o cético se serve em sua vida cotidiana. Quando não está investigando os discursos dogmáticos, o cético, orientando-se pelos fenômenos e a eles atendo-se, como diz Sexto, está vivendo, em seu mundo fenomênico, sua vida de cada dia.

Penso que se isso não se compreende, é porque se não compreendeu nem a natureza da *epokhé* cética, nem o sentido mesmo da distinção pirrônica entre ceticismo e dogmatismo. Ou, mais exatamente, não se compreendeu o pirronismo.

32. O tópico que considero o mais importante no estudo do ceticismo de Sexto é o da concepção pirrônica da linguagem, é o estudo do *logos* cético segundo Sexto Empírico. Para os pirrônicos, o dogmatismo é uma distorção do *lógos* (*diastrophé tou lógou*, cf. AM XI, 148), uma doença da razão. O *Lógos* é um grande enganador e quase arrebatava até mesmo os fenômenos de

sob nossos olhos, cf. HP I, 20. O dogmatismo é um fruto do *Lógos* enganador. Ele preside à instalação dogmática de verdades e realidades. Mas, para Sexto Empírico, trata-se de delírios, de conteúdos oníricos, de fantasmagorias. O cético se propõe a combater o mau uso da linguagem. Entretanto, a filosofia cética triunfa sobre o *Lógos*, ela é contestação de suas pretensões, excessos e artimanhas. Ela domestica o *logos*, ela não se deixa escravizar por ele. Ela logrou submetê-lo e o dominou. Denunciar o dogmatismo é denunciar uma certa interpretação filosófica da linguagem, a denúncia da metafísica é também denúncia de um uso errôneo da linguagem.

Entendo que a leitura atenta da obra de Sexto nos leva necessariamente a concluir que o ceticismo pirrônico é, antes de tudo, uma reflexão filosófica sobre a linguagem. A questão da linguagem é a sua problemática básica. Creio que podemos dizê-lo uma filosofia da linguagem. Mais que isso: eu o entendo como uma filosofia analítica da linguagem.

Górgias afirmara que o *Lógos* é um grande Senhor: *Ho lógos mega dynástés estin*. *Dynástes* tem a mesma raiz verbal que o vocábulo português “dinastia”. Sexto Empírico certamente endossava essa afirmação.

33. Um último tópico antes de concluir este pequeno discurso. Um tópico que certamente interessará a muitos de vocês. Ele diz respeito à postura dos céticos em matéria de moral. Começo por lembrar ceticamente a grande *diaphonía*, a grande discordância, que divide os filósofos e divide também as pessoas comuns no que concerne à moral. Como sobre qualquer outro assunto, os filósofos propõem dogmaticamente doutrinas umas com as outras inconciliáveis e, via de regra, crendo na verdade de seus dogmas morais, se criticam reciprocamente. Também no seio da vida

cotidiana, é notória a divergência entre as pessoas comuns no que diz respeito a essa problemática, elas também são dogmáticas e elas também acreditam na verdade de suas crenças morais. O cético, como de hábito, não sustenta doutrina alguma. Ele nunca dogmatiza e também não encontra critério para preferir uma das doutrinas existentes com relação às outras. A retenção de juízo, a *epokhé*, é, como sempre, o resultado de seu uso da dialética das antinomias.

Sexto Empírico, em suas *Hipotiposes*, compara as concepções morais vigentes em diferentes países. Ele lembra, por exemplo, que muitos comportamentos tidos como imorais entre os gregos, são totalmente aceitos e aprovados num país como a Índia. Por outro lado, ele nos apresenta o cético como alguém que tem amor pela humanidade, para Sexto, o cético é um *philántropos*. Aliás, é porque o cético é um *philántropos* que ele procura livrar os outros, por meio de seu discurso, da doença dogmática.

34. Eu me defino como um cético pirrônico. Em verdade, me defino como um cético neopirrônico. Entendo por neopirrônico um cético de nossos dias que, guardando a maior fidelidade possível ao pensamento de Sexto Empírico, procura encontrar, em face de questões novas que um cético não pode não abordar, qual deveria ser o modo sextiano de lidar com elas. Dou como exemplo a questão do uso de modelos inventados pela Física contemporânea para lidar com o mundo físico. Uma imensa literatura dogmática tem lidado com esses modelos e as mais diversas soluções têm sido propostas pelos filósofos. Obviamente, se trata de problemas que o mundo antigo não conheceu. Falta um estudo neopirrônico sobre essa questão.

35. Mas eu vou mais longe. Eu me permito corrigir Sexto Empírico. Sua concepção filantrópica do cético, que a este atri-

bui como tarefa a terapia filosófica do dogmatismo através do discurso parece-me quase beirar o dogmatismo. Não vejo por que um filósofo cético teria de ser do bem. Parece-me que ele pode ser do mal, *pace Sextus*. Sexto e eu não cremos no dogma do livre arbítrio. Porque não se trata de uma constatação empírica. Somos o que o meio fez de nós. Nosso meio nos “formou”. Fomos “formados” pelas instituições todas que nos condicionaram: nossa família, as escolas que frequentamos, os amigos que tivemos, as profissões que exercemos. Também nos “formaram” e tiveram sobre nós enorme influência as circunstâncias históricas, sociais e políticas nas quais se desenvolveu a nossa vida. Trata-se de processos que têm sido objeto de importantes textos escritos pelos autores que trabalham sobre as ciências humanas.

Neste contexto, quero contar-lhes uma história, tão saborosa quanto entristecedora, de que tomei conhecimento através de um jornal, provavelmente a *Folha de São Paulo*. Num artigo publicado por uma psicóloga, esta narra a visita que fez a uma favela para entrevistar crianças. Ela entrevistou, entre outros meninos, um com doze anos de idade, segundo ela bonito, inteligente e alegre. No meio da entrevista, ela lhe perguntou o que desejava ele ser, quando crescesse. E o menino incontinenti lhe respondeu: “Eu quero trabalhar de bandido ou de traficante”.

36. Não sei vocês já ouviram falar de Richard Popkin. Popkin, certamente o maior historiador do ceticismo, escreveu um livro que se tornou famoso e é muito conhecido e citado pelos estudiosos do ceticismo antigo e moderno, onde ele estuda a enorme influência que o ceticismo exerceu sobre a filosofia moderna, já desde o seu início. O livro se intitula *The history of Skepticism from Descartes to Spinoza*, cuja primeira edição apareceu em 1960. Em 1985, teve lugar em Guadalajara, no México, o

V Congresso Interamericano de Filosofia. Graças a um grande amigo meu, o filósofo argentino Ezequiel de Olaso, especialista em ceticismo e em Leibniz, que era também grande amigo de Popkin, este convidou-me para uma mesa redonda daquele Congresso, composta por ele, Popkin, por Olaso e por mim. Nessa mesa redonda, Popkin falou-nos de sua última descoberta: ele tinha descoberto que um filósofo cético do século XIX “trabalhava” como espião turco na corte do Imperador Austro-Húngaro Francisco José, certamente o mais poderoso e conhecido soberano de sua época.

37. Ter tomado conhecimento desse fato exerceu sobre mim grande influência e resultou na minha postura crítica com relação a Sexto Empírico de que há pouco lhes falei. Porque eu me disse que, se um filósofo cético pode ser um espião turco, então um filósofo cético, tendo optado por ser um homem do mal, poderia perfeitamente, em sua vida civil, trabalhar, por exemplo, como chefe brasileiro de uma grande rede de traficantes de drogas, sediada numa grande favela de São Paulo. Nosso Chefe pode ter sido um menino como aquele que a psicóloga de que há pouco falei entrevistou. Inteligência e sorte o terão levado a assumir suas atuais ocupações. Posso facilmente imaginar nosso Chefe como um excelente filósofo cético a trabalhar diariamente por horas e horas em sua complexa, difícil e, mesmo, perigosa, atividade burocrática. Posso imaginá-lo roubando diariamente, digamos duas horas, aos deveres que lhe são impostos por seu cargo, para escrever, por exemplo, um artigo, que ele poderia intitular de “Ceticismo e Moral”. Com a intenção, aliás, de publicá-lo na revista “Discurso” publicada pelo Departamento de Filosofia da USP. Repito: não vejo incompatibilidade alguma entre situações como essa e o ceticismo.

38. Era isso que eu queria dizer. Mas o que mais me interessa são as perguntas que vocês me vão fazer.